COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL - CDHMIR

REQUERIMENTO Nº

, DE 2025

(Do Sr. Reimont)

Requer a realização de diligências em terras indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul para acompanhamento da situação de direitos humanos nesses territórios.

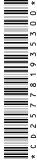
Nos termos do art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer-se a realização de diligências no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, com o objetivo de acompanhar in loco a situação de garantia de direitos humanos em terras indígenas localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul.

As diligências deverão incluir visitas a diferentes terras indígenas da região, com o propósito de dialogar com as lideranças indígenas, conhecer as condições de vida nas comunidades, observar a atuação do poder público e contribuir para o fortalecimento de políticas de proteção e promoção dos direitos fundamentais dos povos indígenas.

JUSTIFICAÇÃO

As terras indígenas de Mato Grosso do Sul representam patrimônios culturais e ambientais de grande relevância, sendo essenciais para a preservação das tradições, da biodiversidade e da história dos povos originários. Ao longo do tempo, essas comunidades têm se organizado para manter seus modos de vida e direitos, enfrentando desafios relacionados ao acesso a políticas públicas, regularização territorial, saúde, educação e preservação ambiental.





Câmara dos Deputados Deputado Federal REIMONT - PT/RJ

Recentemente, ocorreram violências graves contra povos indígenas na região, incluindo o feminicídio de uma mulher indígena em Dourados, em fevereiro de 2025, quando foi morta com golpes de foice; o incêndio criminoso de uma casa na retomada Ava'eté, em março de 2025, que resultou na morte de três indígenas; e o conflito agrário em Caarapó, intensificado pela aplicação da tese do marco temporal, que gerou confrontos violentos e culminou com uma mulher indígena atingida por bala de borracha, conforme registrado em outubro de 2025.

Esses episódios evidenciam a urgência de medidas de proteção, a necessidade de investigação rigorosa e a importância de políticas públicas efetivas para assegurar a segurança e os direitos das comunidades indígenas. A realização de diligências presenciais permitirá à Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial dialogar diretamente com as lideranças indígenas, conhecer de perto as condições de vida das comunidades e acompanhar a efetividade das políticas públicas voltadas à proteção desses territórios.

Esse acompanhamento contribui para a valorização da diversidade étnico-cultural, o fortalecimento das práticas tradicionais e o reforço do compromisso da Câmara dos Deputados com a promoção da justiça social e dos direitos humanos no país. Além disso, possibilita a construção de medidas concretas e orientações para o aprimoramento das ações do poder público, de modo a garantir a plena efetividade dos direitos dos povos indígenas.

Contamos com o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em de outubro de 2025.

Deputado Federal Reimont PT/RJ



